

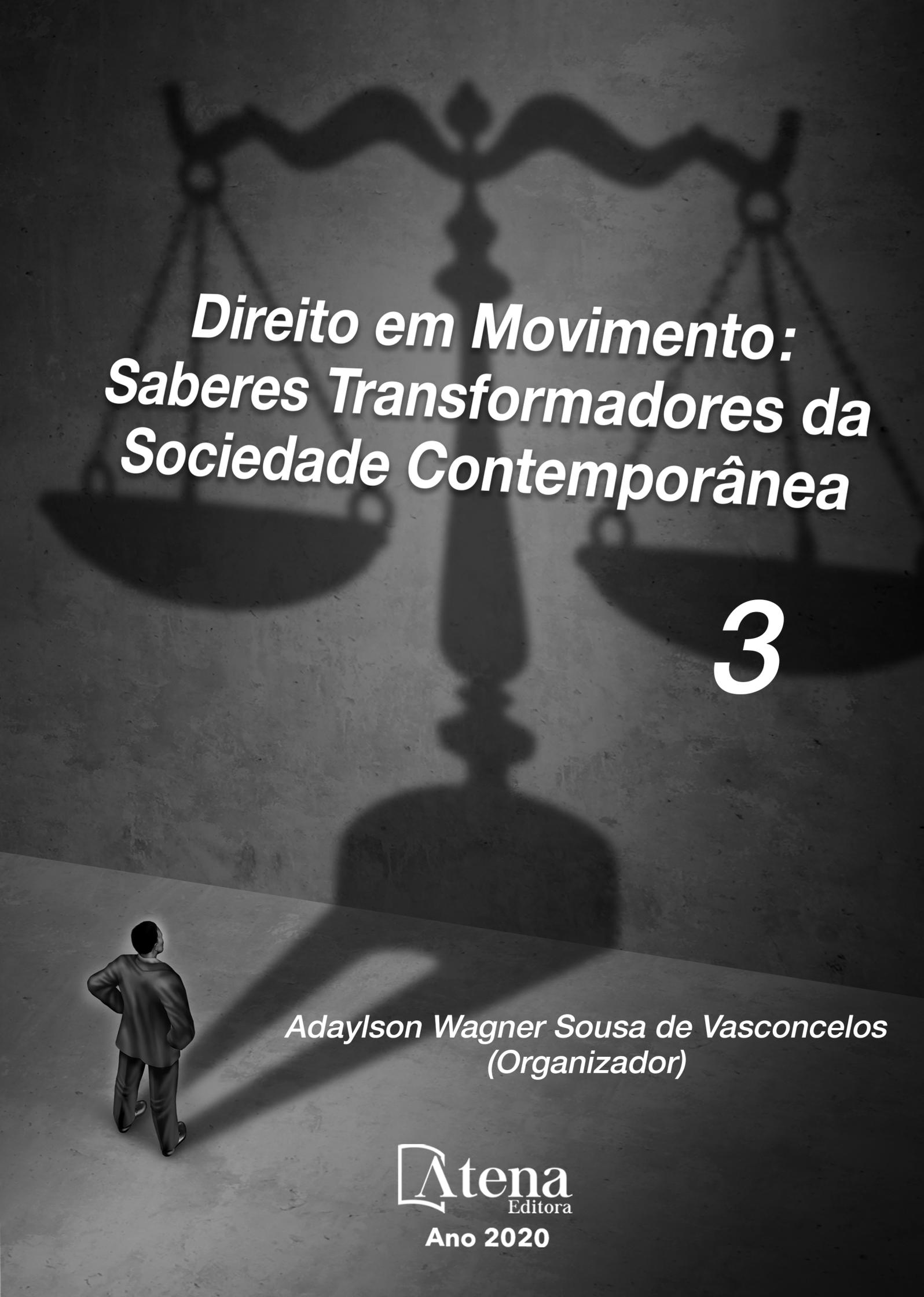
***Direito em Movimento:
Saberes Transformadores da
Sociedade Contemporânea***

3

***Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)***

Atena
Editora

Ano 2020



***Direito em Movimento:
Saberes Transformadores da
Sociedade Contemporânea***

3

***Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)***

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Direito em movimento: saberes transformadores
da sociedade contemporânea**

3

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D598 Direito em movimento [recurso eletrônico] : saberes transformadores da sociedade contemporânea 3 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-275-3

DOI 10.22533/at.ed.753201008

1. Sociologia jurídica. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Série.

CDD 340.115

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Coletânea de vinte e dois capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, discute temáticas que circundam a grande área do Direito e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber e com as múltiplas ações e reações da sociedade que se exercita por transformações.

Assim, nesse segundo volume, temos dois grandes grupos de reflexões que explicitam as mutações sociais diárias e que o Direito estabelece relações para um regular convívio entre sujeitos.

Em cinco singelas divisões estão debates que circundam o mundo do trabalho, os desafios de um mundo em rede, a governança pública, o debate dos animais não humanos, além do direito e da realidade internacional.

De início, o mundo do trabalho nos traz análises interessantes como as sobre benefício da justiça gratuita e honorários, assédio moral e sexual, a figura do empregado hipersuficiente, a realidade do teletrabalho, trabalho decente para a mulher transexual e para a travesti. Centrais sindicais e experiência na justiça do trabalho do Município de Marabá também estão aqui contempladas.

Em governança pública, são encontradas questões como controle judicial dos atos da administração, a imprescritibilidade do direito ao ressarcimento devido a dano advindo de atos de improbidade, além de contratação pública na realidade espanhola.

No debate dos animais não humanos, aqui é contemplada a personalização jurídica no contexto brasileiro, bem como a senciência ancorada na condição de sujeito de direito.

Por fim, o direito e a realidade internacional atingem os sujeitos do direito internacional público, a ecologia dos saberes e o comércio.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA QUANTO AOS HONORÁRIOS PERICIAIS NO PROCESSO DO TRABALHO SOB A ÓTICA DA CRFB/88	
Pedro Henrique Freire Vazatta Larissa Magalhães de Carvalho Sandra Ávila dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.7532010081	
CAPÍTULO 2	17
ASSÉDIO MORAL & SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO	
Helder Arlindo Soldatti Ana Júlia de Araújo Costa Soldatti Adalberto Zorzo	
DOI 10.22533/at.ed.7532010082	
CAPÍTULO 3	27
HIGH COST OF ORGANIZATIONAL MORAL HARASSMENT FOR COMPANIES WHO PRACTICE IT	
Marlene Valerio Dos Santos Arenas Miguel Angel Arenas Rubio Filho Diego Alexis dos Santos Arenas Rosália Maria Passos da Silva Miguel Angel Arenas Rubio	
DOI 10.22533/at.ed.7532010083	
CAPÍTULO 4	42
O EMPREGADO HIPERSUFICIENTE: UMA NOVA CATEGORIA SOB O PRISMA COLETIVO E A ARBITRAGEM COMO SOLUÇÃO DE CONFLITOS NESSAS RELAÇÕES	
Ricardo Nogueira Monnazzi Felipe Freitas de Araújo Alves Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega	
DOI 10.22533/at.ed.7532010084	
CAPÍTULO 5	60
O ISOLAMENTO DO TELETRABALHADOR NA SOCIEDADE: UMA REFLEXÃO SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS	
Luciana Lara Sena Lima Rafael Lara Martins	
DOI 10.22533/at.ed.7532010085	
CAPÍTULO 6	69
A GARANTIA DO TRABALHO DECENTE PARA A MULHER TRANSEXUAL E PARA TRAVESTI, À LUZ DA PROTEÇÃO SOCIAL DO TRABALHO	
Simone Florindo Costa	
DOI 10.22533/at.ed.7532010086	
CAPÍTULO 7	82
AS CENTRAIS SINDICAIS BRASILEIRAS E SEU FINANCIAMENTO À LUZ DAS INOVAÇÕES DA LEI Nº 11.648/2008 E DA LEI Nº 13.467/2017: UMA RELEITURA DE T.H. MARSHALL A PARTIR DA PROPOSIÇÃO DE UMA CIDADANIA SINDICAL	
Felipe Oswaldo Guerreiro Moreira Anne Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.7532010087	

CAPÍTULO 8	94
EXPERIÊNCIA EXITOSA: MEDIDA HETEROGÊNEA DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM PROL DOS SERVIDORES DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MARABÁ EM 2016	
Mauricia Macedo Ramalho Rafael Oliveira Chaves Marcus Vinicius Henrique Brito	
DOI 10.22533/at.ed.7532010088	
CAPÍTULO 9	109
DESAFIOS E RISCOS DE ORDEM COSMOPOLITA PARA UM APROFUNDAMENTO DEMOCRÁTICO: A INTERNET COMO BEM COMUM NA SOCIEDADE EM REDE	
Guilherme Pittaluga Hoffmeister Roger de Moraes de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.7532010089	
CAPÍTULO 10	122
AS MÚLTIPLAS IDENTIDADES NA ERA DOS PERFIS DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: DESAFIO FAVORÁVEL OU DESFAVORÁVEL AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	
Ronny Max Machado Paulo Victor Alfeo Reis	
DOI 10.22533/at.ed.75320100810	
CAPÍTULO 11	138
PERSPECTIVAS E APLICABILIDADES DO <i>HABEAS DATA</i> NA INTERNET	
Caio Graco Brasileiro Anna Christina Freire Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.75320100811	
CAPÍTULO 12	150
OS CAMINHOS PROTETIVOS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: A JUDICIALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO DE DADOS E O PAPEL DA ÉTICA NA INTERNET	
Osmar Fernando Gonçalves Barreto Ronny Max Machado	
DOI 10.22533/at.ed.75320100812	
CAPÍTULO 13	167
A TRANSFORMAÇÃO DO CONCEITO DE DIREITO DE AUTOR E OS DESAFIOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS	
Marcos Henrique Costa Leroy Fernanda Amaral Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.75320100813	
CAPÍTULO 14	180
BULLYING E CIBERBULLYING: A INTIMIDAÇÃO SISTEMÁTICA NO ÂMBITO ESCOLAR	
Catharina de Mello Candido Halan Cunha Rios	
DOI 10.22533/at.ed.75320100814	
CAPÍTULO 15	186
SOCIEDADE CIVIL E AS NOVAS PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS DEMOCRÁTICAS: BREVES APONTAMENTOS SOBRE A INFLUÊNCIA DA SOCIEDADE NA SEGURANÇA PÚBLICA	
Ronald Jean de Oliveira Henriques	
DOI 10.22533/at.ed.75320100815	

CAPÍTULO 16	196
A IMPRESCRITIBILIDADE DO DIREITO AO RESSARCIMENTO POR DANOS DECORRENTES DE CONDUTAS ÍMPROBAS	
Luiz Egon Richter	
DOI 10.22533/at.ed.75320100816	
CAPÍTULO 17	216
LA PROVISIÓN DE SERVICIOS DE ATENCIÓN A LAS PERSONAS EN EL ESTADO ESPAÑO EN EL MARCO DEL DERECHO EUROPEO DE LA CONTRATACIÓN PÚBLICA	
Josep Ramon	
DOI 10.22533/at.ed.75320100817	
CAPÍTULO 18	232
PERSONALIZAÇÃO JURÍDICA DE ANIMAIS NO BRASIL	
Fernanda de Siqueira Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.75320100818	
CAPÍTULO 19	249
O CRITÉRIO DE SENCIÊNCIA DOS ANIMAIS HUMANOS E NÃO HUMANOS E SUA CONDIÇÃO COMO “SUJEITO DE DIREITO”	
Robson Oliveira Costa Domingos	
Edivania Lazzari Domingos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.75320100819	
CAPÍTULO 20	256
SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	
Ana Gabriela Carneiro Franco	
Jennainy Alves Pereira Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.75320100820	
CAPÍTULO 21	262
DA ORDEM DO DISCURSO À ECOLOGIA DE SABERES: HERMENÊUTICAS E COSMOPOLITISMOS PARA AS TWAIL	
Guilherme Pittaluga Hoffmeister	
Roger de Moraes de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.75320100821	
CAPÍTULO 22	275
O COMÉRCIO, COMO ELEMENTO DA PROPOSTA KANTIANA, FAVORECENDO A PAZ PERPÉTUA NA SOCIEDADE INTERNACIONAL	
Angélica Godinho da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.75320100822	
SOBRE O ORGANIZADOR	284
ÍNDICE REMISSIVO	285

SOCIEDADE CIVIL E AS NOVAS PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS DEMOCRÁTICAS: BREVES APONTAMENTOS SOBRE A INFLUÊNCIA DA SOCIEDADE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Data de aceite: 03/08/2020

Ronald Jean de Oliveira Henriques

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

<http://lattes.cnpq.br/6245941226113613>

RESUMO: Esse artigo tem por analisar, pós advento da Constituição Federal de 1988, que promoveu um processo de redemocratização no país, a influência exercida pela sociedade nas políticas estabelecidas para a segurança pública em território nacional. Sendo assim, o problema-tema que se pretende trabalhar está diretamente relacionado à participação da sociedade civil no debate sobre a segurança pública no Brasil, com limitação na análise da atuação das seguintes instituições: CONSEP – Conselho Comunitário de Segurança Pública, CONSEG – Conselho Nacional de Segurança Pública e Rede de Vizinhos. A metodologia adotada na investigação permite classificar a pesquisa como exploratória, com uso da técnica de pesquisa bibliográfica para coleta dos dados. Considerando-se a trajetória da segurança pública no Brasil, verificou-se que tal política, ao longo dos anos, se pautou em uma ideologia caracterizada por forte repressão, voltando-se à identificação, ao combate e à eliminação do

inimigo. No entanto, tendo a sociedade evoluído, passou-se a sentir necessidade de mudanças, direcionando-se o foco de organização da polícia para uma perspectiva preventiva, visando a promoção da ordem pública, a prestação de assistência à comunidade e sua orientação. Foi assim que se identificou, a partir da Constituição Federal de 1988, a necessidade de se promover novas formas de efetivação da democracia participativa, revelando-se a organização da segurança pública mais eficaz após esta Carta. Assim, atualmente, as instituições policiais, tendo para si o objetivo de desenvolver, junto à sociedade, maior credibilidade, buscam, atualmente, fomentar a participação da população, adotando forte veio preventivo e prestigiando a cidadania. Nesse âmbito, o Estado recorre a mecanismos capazes de estimular a participação popular, buscando, com isso, desenvolver uma estratégia capaz de reduzir a violência, colocando em prática ações de cunho educativo e preventivo.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Pública. Sociedade Civil. Democracia Participativa.

ABSTRACT: This article has to analyze, after the advent of the Federal Constitution of 1988, that promoted a process of redemocratization in the country, the influence exerted by the society

in the established politics for the public security in the national territory. Thus, the theme problem to be addressed is directly related to the participation of civil society in the debate on public security in Brazil, with limitation in the analysis of the performance of the following institutions: CONSEP – Community Public Security Council, CONSEG – National Council Public Safety and Neighbors Network. The methodology adopted in the investigation allows classifying the research as exploratory, using the bibliographic research technique for data collection. Considering the trajectory of public security in Brazil, it was found that such policy, over the years, was guided by an ideology characterized by strong repression, focusing on the identification, combat and elimination of the enemy. However, as society has evolved, there is a need for change, with a focus on police organization from a preventive perspective aimed at promoting public order, providing assistance to the community and providing guidance. It was thus identified, from the Federal Constitution of 1988, the need to promote new forms of effective participatory democracy, revealing the most effective organization of public security after this Charter. Thus, currently, the police institutions, having for themselves the goal of developing greater credibility with society, are currently seeking to foster the participation of the population, adopting a strong preventive approach and honoring citizenship. In this context, the State uses mechanisms capable of stimulating popular participation, thereby seeking to develop a strategy capable of reducing violence, putting into practice educational and preventive actions.

KEYWORDS: Public Security. Civil society. Participatory Democracy.

1 | INTRODUÇÃO

A democratização política experimentada no final da década de 1980 é certamente importante marco para o direito brasileiro, especialmente em razão das mudanças promovidas na relação estabelecida entre a sociedade e polícias, atribuídas que foram como parte integrante de um processo de concretização do regime democrático, advindo de fortes pressões sociais pela adoção de modelos de polícia e de política no país.

Entretanto, há que se considerar que, tão importante quanto a continuidade das teorias, saberes e práticas que conduzem à constatação, a partir da análise de elementos vários, de que o Estado democrático se limita à reprodução de relações que serviam a um governo ditatorial, é compreender que a segurança pública, nesse contexto, se subsumia as forças policiais, o que, mesmo após o advento da Constituição Federal Brasileira de 1988, não se alterou. Assim, muito embora o contexto fático fosse de um regime democrático, o que se estabeleceu no texto constitucional não correspondeu aos anseios dele oriundos, já que não se conseguiu pensar a segurança pública para além de aspectos gerenciais da atividade policial e relativos à lógica estabelecida no direito penal.

De fato, ao se analisar a história recente da segurança pública no país, verifica-se que esta vem sendo marcada por mudanças incompletas, que não dão sustentação aos ganhos obtidos ao longo dos anos, como a redução do índice de homicídios entre

2000 e 2014 verificado em São Paulo, e demandas acumuladas. Tudo isso se dá pela ausência do estabelecimento de padrões, regras de conduta ou normas técnicas capazes de promover modificações nas culturas institucionais, que, repise-se, ainda se encontram pautadas na defesa do Estado, não se dirigindo realmente à defesa da sociedade – basta perceber a atuação das polícias às manifestações sociais ocorridas no país em julho de 2013, intercalando ações que ora revelavam excesso, ora omissão.

O fato é que, diante da ausência de um projeto de governança da segurança pública no Brasil, com a promoção de um alinhamento das políticas estabelecidas aos quesitos da garantia de direitos humanos e da democracia, o que se tem são instituições de justiça criminal e policiais que não experimentaram reformas consideradas significativas em suas estruturas, revelando-se insuficientes as que foram promovidas na legislação penal e na gestão policial para fazer frente à tentativa de redução da incidência da violência urbana, demonstrando-se, assim, evidência da falta de controle e coordenação existentes no país quanto às tratativas dispensadas à questão.

Diante de tais apontamentos, propõe-se como objetivo geral para o presente artigo analisar, pós advento da Constituição Federal de 1988, que promoveu um processo de redemocratização no país, a influência exercida pela sociedade nas políticas estabelecidas para a segurança pública em território nacional.

Para atingi-lo, os objetivos específicos delimitados são os seguintes: traçar um panorama da criminalidade no Brasil, correlacionando os fatos às políticas de segurança pública estabelecidas no país; investigar a introdução de novos atores e temas no debate conduzido sobre a segurança pública no Brasil, em especial, a sociedade civil; investigar o propósito da criação do CONSEP – Conselho Comunitário de Segurança Pública, CONSEG – Conselho Nacional de Segurança Pública e Rede de Vizinhos, estabelecendo a sua contribuição para as tratativas conferidas à temática no contexto brasileiro.

O problema-tema que se pretende trabalhar está, pois, relacionado diretamente à participação da sociedade civil no debate sobre a segurança pública no Brasil, estando este limitado à análise da atuação das seguintes instituições: CONSEP, CONSEG e Rede de Vizinhos.

A justificativa para a escolha do tema se pauta na necessidade sentida de suscitar o debate proposto, analisando a questão sob a perspectiva da importância da inclusão da sociedade civil nas discussões travadas sobre a segurança pública no país, percebendo os avanços e possíveis retrocessos experimentados com tal iniciativa, buscando-se, assim, analisar a influência por ela exercida no estabelecimento de políticas públicas para a área.

O propósito básico se pauta, especialmente, na demonstração de que, muito embora a influência seja real, é fato que persiste, ainda, a necessidade de se realizar reformas estruturais nos modelos de justiça criminal e segurança pública adotados no país, já que os que estão em vigor não atendem com eficiência o anseio de promoção de uma

sociedade segura e atenta à garantia de direitos constitucionais.

2 | DESENVOLVIMENTO

A metodologia adotada para embasar o presente artigo permite classificar a pesquisa como exploratória, com uso da técnica de pesquisa bibliográfica para coleta dos dados.

A pesquisa exploratória tem por finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, buscando fazer com que ele fique mais explícito. Serve, também, à construção de hipóteses (GIL, 2010). Conforme Vergara (2013), a maioria das pesquisas exploratórias abrange levantamento bibliográfico; realização de entrevistas com pessoas que tenham experiências práticas relacionadas ao problema de pesquisa; e a análise de situações-paradigma que estimulem a compreensão. Um dos tipos de pesquisa exploratória é a bibliográfica, eleita como técnica de coleta de dados nesse artigo.

A pesquisa bibliográfica é aquela conduzida a partir do levantamento de teoria que já foi objeto de análise anterior, reunida em trabalhos escritos, publicados em meio impresso e/ou eletrônico, tais como artigos científicos, livros, teses, dissertações, páginas de *web sites*, dentre outros (GIL, 2010). Segundo Vergara (2013), qualquer trabalho científico tem o seu início em uma pesquisa bibliográfica, já que, por meio dela, o pesquisador consegue obter informações sobre o seu objeto de estudo.

A abordagem do problema é do tipo qualitativa, já que se trata este do tipo de pesquisa cuja preocupação não reside na representatividade numérica. Antes, busca aprofundar a compreensão de uma organização, de um grupo social etc.. Ao adotar esse tipo de abordagem, o pesquisador se opõe ao pressuposto segundo o qual deve haver um único modelo de pesquisa para todas as ciências, pois assume a especificidade das ciências sociais, que exigem metodologia própria (MINAYO, 2010).

A análise dos dados é crítica de conteúdo, apresentada por Bardin (2011), corresponde a

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Trata-se a análise crítica de conteúdo, segundo Bardin (2011), de uma das técnicas de tratamento de dados em pesquisas qualitativas.

3 | REVISÃO DE LITERATURA

Conforme Avritzer e Domingues (2000), a democracia deve ser concebida como sendo um dos fatores decisivos para explicar a modernidade, dentre outros, como o capitalismo, a divisão do trabalho e a racionalização. Ao assim pontuarem, relembram que

a arte da associação, a liberdade cidadã e a democracia, como exposta por Tocqueville, são, na verdade, respostas dadas à perda, na modernidade, da capacidade de ação seguindo valores. Para os autores, desde que se evitem as por eles denominadas “ciladas da diferença”, é possível garantir um horizonte de mudança social a partir de formas institucionais que proporcionem condições fáticas para a proliferação de particularidades coletivas sem que isso represente prejuízos às normas universais democráticas.

Tratando-se, ainda, aspectos relativos às reivindicações sociais, Holston (2013), em sua obra, conduz discussão sobre a emergência de uma cidadania urbana que tem como espaço as grandes cidades, revelando-se nelas, também, o seu objeto de reivindicações. É, conforme o autor, em seu âmbito que se irrompem manifestações demandando acesso a direitos, servindo, ainda, para denúncia de injustiças e desestabilização de privilégios que estão historicamente enraizados nas leis e costumes brasileiros.

Ao se analisar o histórico da segurança pública no país, verifica-se que, a partir da promulgação do texto da Constituição Federal Brasileira de 1988, elaborada em período posterior à Ditadura, inaugurou-se um conceito inovador de segurança, que, estampado na Carta Constitucional, passou a ser assim apresentado:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988).

O texto da Carta de 1988 revela uma autonomia conferida aos Estados para condução da política de segurança pública, expressando, assim, uma descentralização. A partir de então, tanto o resguardo da ordem pública como a tomada de ações preventivas da violência passaram a ser inseridas na esfera de atribuições das instituições policiais (AVRITZER, 2008).

O fato é que, consigo, a Constituição de 1988 introduziu diversas mudanças na sociedade. Em relação à segurança pública, no entanto, algumas questões do texto magno anterior foram mantidas, como, por exemplo, relativa à atuação da Polícia Militar, que continuou com o seu estigma de aparelho controlador de uma maioria excluída, concretizando, com isso, uma ideologia de controle social, funcionando como dispositivo que representa o poder disciplinador coercitivo (AZEVEDO; FAGUNDES, 2007; BATTIBUGLI, 2012).

Tomando-se como base o caminho traçado para tratativas relativas à segurança pública no país, verifica-se que essa política tenha seguido pautada, no decorrer dos anos, em uma ideologia de características repressoras, voltada à identificação, combate e eliminação do inimigo (AVRITZER, 2008; SÁ E SILVA; DEBONI, 2012).

No entanto, cumpre ressaltar que, tendo a sociedade evoluído, evoluíram, também, as suas necessidades, o que fez com que a polícia viesse a se organizar sob uma perspectiva ideológica preventiva. O objetivo de assim agir está relacionado à promoção da ordem pública, à assistência a ser prestada à comunidade e a sua orientação (AZEVEDO; FAGUNDES, 2007; SÁ E SILVA; DEBONI, 2012; MADEIRA; RODRIGUES, 2015).

Acerca especificamente da expressão “ordem pública” inserida no texto da Constituição Federal de 1988, apresentada como importante função atribuída à segurança pública, tem-se esta como sendo a necessidade que o Estado possui de assegurar, de forma efetiva, o funcionamento dos serviços públicos, promovendo, de igual forma, o acesso da sociedade às políticas de habitação, segurança, saúde e educação. Além disso, tem-se ainda um desfazimento da concepção até então vigente de uma segurança pública pautada na Justiça Criminal, com maior articulação entre os atores sociais, mostrando, assim, melhor afirmação com o texto da Carta Magna vigente (BATTIBUGLI, 2012).

Em 2000, contudo, à Política Nacional de Segurança Pública foi apresentado o desafio de identificar um planejamento estratégico que pudesse contemplar, de forma plena, todas as esferas governamentais (municipal, estadual, distrital e federal). Foi então que surgiu o Plano Nacional de Segurança Pública – PNSP, instituído pela Medida Provisória nº 2.029, com a finalidade de aprimorar o sistema de segurança pública no Brasil, por meio da assunção de compromissos estratégicos que possam relacionar as políticas implementadas em prol da segurança às ações de natureza comunitária, promovendo, assim, uma participação direta da população, na melhor manifestação da noção de democracia participativa (AVRITZER, 2008; SÁ E SILVA; DEBONI, 2012).

No entanto, o PNSP não ficou imune às críticas, que surgiram com o objetivo de suscitar reflexões acerca de seus aspectos positivos e negativos. De todo modo, o que se deve ter em mente é que toda política pública impacta diretamente tanto indivíduo em sua singularidade como a coletividade, razão pela qual a adesão popular deve ser concebida como uma ferramenta de crucial importância para a legitimação da cidadania (MADEIRA; RODRIGUES, 2015).

Decorridos três anos da implementação do PNSP, o Ministério da Justiça – MJ criou no país o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, com o objetivo de integrar as ações das três esferas governamentais (municipal, estadual e federal), sem, contudo, interferir no aspecto “autonomia” de cada um dos entes federados. Deve-se, ainda, ressaltar que a integração proporciona maior racionalização e economia de recursos, o que ressalta ainda mais a sua contribuição para o país (AZEVEDO; FAGUNDES, 2007; CARVALHO; SILVA, 2011).

A partir da implementação do SUSP, passou-se a monitorar o planejamento estratégico, assegurando transparência ao processo, com o objetivo de verificar quais os instrumentos e métodos que devem ser aplicados no esforço de combate à violência. Entretanto, somente em 2007 esse sistema foi regulamentado, o que foi feito por meio da instituição do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, cujo foco é direcionado à prevenção (CARVALHO; SILVA, 2011).

O PRONASCI é um projeto de articular as políticas de segurança e ações sociais, com vista a resolver as causas para a violência. O público-alvo é profissionais de segurança, as pessoas que estiveram ou estão em conflito com a lei, prisioneiros ou ex-prisioneiros, e também um reservista (susceptíveis de serem atraídos para a gestão das armas adquiridas durante o serviço militar).). O programa de controle depende da participação da sociedade (CARVALHO; SILVA, 2011; MADEIRA; RODRIGUES, 2015).

O programa foi criado para atuar na luta contra o crime e suas causas, priorizando a integração entre a polícia ea comunidade nos territórios de paz, locais (comunidades) selecionados para realizar ações deste programa, tais como: local de policiamento comunitário, Canal Comunidade, as medidas de urbanização, projetos educacionais, programas desportivos e de entretenimento, e os Conselhos comunitários de Segurança Pública, entre outros. A intenção era servir como uma alternativa a um modelo político da segurança pública focada em ações corretivas, levando a atividades de prevenção (MADEIRA; RODRIGUES, 2015).

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O indivíduo tem o direito de ajudar o Estado na organização de ações de segurança pública, recuperar caráter cidadãos, comprometidos com a realização de programas destinados a reduzir a insegurança da população e viola com estigmas cerca populares zona de adesão (CARVALHO; SILVA, 2011; ABERTO JÚNIOR, 2017).

Aumento da violência aparece cidadão faz com que o movimento na parte da sociedade, gerando uma taxa para poder estatal. Este movimento, por sua vez, leva à conclusão de que “não só é útil para reduzir os índices de violência, também é necessário reduzir a insegurança sentindo” (CARVALHO, 2011).

Na verdade, a segurança pública não é apenas um problema para a polícia: a ser discutido e assumiu como tarefa de todos, Estado e população. Sabe-se que a insegurança da população e crime reduzindo são questões imediatas, no entanto, dado o estágio atual, esta questão não apenas especialistas na área, mas uma iniciativa entre os governos federal, estadual, municipal. , Sociedade civil e outras organizações (MADEIRA, 2012; ABREU JUNIOR, 2017).

Uma das formas para efetuar o processo democrático é a participação popular nas

decisões políticas, em face de constantes mudanças na sociedade, como o aumento das necessidades da população. Muitas áreas tais como saúde, educação e bem-estar acompanham a evolução da participação popular nas decisões do governo e segurança pública. Essa questão, portanto, demonstrou relevância devido ao aumento da violência e o sentimento de insegurança sem precedentes. O papel da sociedade civil é essencial para melhorar as políticas públicas, uma vez que a integração entre o Estado e a sociedade civil, permite que a democracia considere as aspirações populares (MADEIRA; RODRIGUES, 2015).

5 | CONCLUSÃO

Com base na trajetória apresentada pela segurança pública no Brasil, a visão aqui foi que esta política foi guiada, ao longo dos anos, por uma ideologia dominante, características repressivas, como identificar, combater e eliminar - não. Quando começou a lidar com a segurança e proteção, a cada período político apresentou-se em predizer antidemocrático, repressivo e estigmatizado.

Durante muito tempo, a segurança pública não era uma prioridade para o governo. Daí a dificuldade de identificar os responsáveis, metodologias e articulação para promover o bem-estar da sociedade, que gerou consequências de proporções surpreendentes.

A garantia dos direitos, como um objetivo social, e a iniciativa da Constituição Federal de 1988 têm vindo a criar novas maneiras de alcançar a democracia participativa. Ao passar através da história, ao que parece, passos lentos e curtos, a segurança pública tenta organizar-se de forma mais eficaz após a promulgação da Constituição de 1988. Este fato mostra um grande progresso no Brasil, onde \ t integra medidas de responsabilidade federal, estadual e municipal, tornando possível para executar a gestão do problema de segurança pública mais elaborada.

Tendo em vista novos acordos para a segurança pública, o governo desenvolver um programa para minimizar a sensação de falta de segurança da população e também para realizar o planejamento estratégico, era necessário. PRONASCI foi um avanço relevante na história da segurança pública no Brasil, considerando a reestruturação das instituições policiais, no âmbito operacional e qualificação, e com a colaboração dos atores sociais no contexto complexo. Além disso, a iniciativa promoveu a articulação da rede social não foi usado para dar informações e ajudar a melhorar as atividades sociais.

Assim, a relação entre o Estado e a sociedade civil tem permitido a construção de um modelo de gestão inovador - no entanto, limitações. Na política de segurança pública, enfrentou muitos desafios, tais como a adesão de alguns profissionais e sua sociedade com a sua abordagem com a finalidade de desenvolver um novo paradigma no setor.

Com o estigma autoritário e repressivo, as instituições policiais, de frente a fim de

estabelecer mais credibilidade na sociedade, hoje abraçar a colaboração da população, com o objetivo de reverter esses pilares, fazendo linhas prevenção e elevar a cidadania. Neste contexto, o Estado conta com mecanismos para estimular a participação popular para desenvolver o planejamento estratégico para reduzir a violência e pôr em prática educacional e ações preventivas.

Podemos concluir do exposto que o tema abordado aqui é atual e polêmico. Assim, o objetivo não é fechar a questão, mas podem continuar a levantar questões / elevar o debate.

REFERÊNCIAS

ABREU JUNIOR, Nilson Tavares Pereira de. **O “Projeto Bolsa Formação” do PRONASCI, na política de segurança pública: uma avaliação na perspectiva dos egressos do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão.** Dissertação (Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas), Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA, 2017.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 43-64, jan. 2008.

_____; DOMINGUES, José Maurício (Org.). **Teoria social e modernidade no Brasil.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

AZEVEDO, Rodrigo G.; FAGUNDES, Andréia. A municipalização da segurança pública no Brasil: pressupostos teóricos e critérios para a implementação de políticas públicas de segurança. **Revista de Estudos Criminais**, n. 26, p. 89-106, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BATTIBUGLI, Thaís. As iniciativas federais e as influências na política pública de segurança paulista. **Revista Estudos de Política**, v. 1, n. 2, p. 50-73, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 1988. Promulgada em 05/10/1988.

CARVALHO, Vilobaldo A.; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Katálysis**, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil.** Tradução de Claudio Carina, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MADEIRA, Lígia Mori; RODRIGUES, Alexandre Ben. Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011. **Rev. Adm. Pública.** Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 3-21, jan-fev. 2015.

MADEIRA, Lígia M. **A implementação do Pronasci na Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo sobre o processo e a efetividade da federalização das políticas públicas de segurança pública.** Relatório de Pesquisa referente ao Edital 003/2009 ARD, Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio Grande do Sul — FAPERGS. Porto Alegre, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

SÁ E SILVA, Fabio de; DEBONI, Fabio. Participação social e governança democrática na segurança pública: possibilidades para a atuação do Conselho Nacional de Segurança Pública. **Texto para discussão**, 1714. Brasília: IPEA, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração pública 18, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215

Ambiente de trabalho 17, 18, 19, 20, 23, 24, 26, 28, 76, 88, 95, 96, 98, 103

Âmbito escolar 180, 181

Animais 100, 172, 176, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255

Arbitragem 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59

Assédio moral 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 28, 40, 41, 74, 76

Assédio sexual 18, 23, 24, 40

B

Brasil 5, 6, 3, 4, 15, 25, 26, 34, 35, 39, 40, 41, 46, 58, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 99, 105, 107, 108, 127, 128, 136, 137, 139, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 155, 156, 160, 164, 165, 166, 175, 178, 181, 186, 188, 190, 191, 193, 194, 198, 200, 201, 209, 210, 211, 212, 214, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 242, 244, 245, 246, 247, 253, 255, 261, 283, 284

Bullying 18, 27, 31, 39, 40, 180, 181, 182, 183, 184, 185

C

Centrais sindicais 82, 83, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93

Ciberbullying 180

D

Democracia 72, 80, 85, 109, 110, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 133, 134, 135, 136, 137, 186, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 198, 204, 206, 267

Direito 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 24, 25, 26, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 79, 80, 85, 87, 89, 92, 93, 95, 96, 99, 103, 104, 106, 107, 113, 115, 118, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 187, 190, 192, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 219, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 272, 273, 274, 275, 276, 279, 280, 281, 282, 283, 284

Direito internacional público 256, 257, 259, 260, 261

Direitos humanos 13, 60, 61, 62, 68, 72, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 117, 188, 203, 257, 258, 262, 265, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 282, 283, 284

E

Espanha 164

I

Informação 55, 56, 61, 63, 65, 67, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 118, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 135, 136, 137, 139, 141, 142, 145, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 160, 164, 165, 166, 168, 181, 206, 215

Internet 33, 55, 56, 64, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 123, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 172, 173, 174, 177, 178, 181, 183, 185

J

Justiça do trabalho 4, 8, 9, 11, 14, 15, 20, 42, 44, 49, 53, 55, 56, 68, 76, 92, 94, 95, 96, 100, 106, 108

Justiça gratuita 1, 2, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

K

Kant 249, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283

M

Movimento 72, 83, 85, 92, 93, 123, 132, 192, 232, 233, 238, 239, 243, 253, 262, 263

Mulher transexual 69

N

Não humanos 170, 172, 173, 176, 232, 233, 234, 238, 240, 241, 247, 249, 250, 251, 253, 254, 255

P

Paz perpétua 275, 276, 277, 278, 280, 283

Processo do trabalho 1, 2, 6, 7, 8, 9, 11, 15, 16, 53, 59

Proteção de dados 121, 150, 155, 156, 157, 158, 159, 164, 166

S

Saber 175, 182, 196, 197, 208, 213, 222, 265, 268, 269, 272, 278

Senciência 249, 250, 251, 254, 255

Sociedade contemporânea 60, 128, 129, 153

Sujeito de direitos 235, 253

T

Tecnologia 3, 4, 5, 7, 35, 64, 67, 110, 112, 113, 119, 120, 128, 130, 131, 132, 137, 146, 148, 151, 152, 153, 158, 163, 164, 165, 166, 168

Teletrabalho 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Transformação 112, 114, 129, 154, 164, 167, 168, 174, 270



***Direito em Movimento:
Saberes Transformadores da
Sociedade Contemporânea***

3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020



***Direito em Movimento:
Saberes Transformadores da
Sociedade Contemporânea***

3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020